http://dx.doi.org/10.22420/rde.v20i47.2902

A atuação da sociedade civil na formação inicial de educadoras/es para a prevenção da violência extrema contra escolas

The role of civil society in initial teacher training for the prevention of extreme violence against schools

El papel de la sociedad civil en la formación inicial de educadores/as para la prevención de la violencia extrema contra las escuelas

ANDRÉ BAKKER DA SILVEIRA[*]
Instituto Aurora, Curitiba – PR, Brasil.

RESUMO: Este artigo relata a experiência de formação de educadoras e educadores para a prevenção da violência extrema contra escolas, num projeto de uma organização da sociedade civil em parceria com a Universidade Estadual do Paraná, por conta do aumento de ataques a escolas e da intensificação do debate público sobre a temática, tomando a Educação em Direitos Humanos como eixo estruturante da reflexão. O texto é um relato analítico da experiência, com base em registros institucionais de encontros formativos, na avaliação realizada ao final dos cursos, em documentos institucionais e bibliografia técnica. Argumenta-se que a formação inicial de educadoras/es orientada pela educação em direitos humanos e pela compreensão dos fatores que geram a radicalização ao extremismo de jovens contribui com o desenvolvimento da autonomia de novas/os educadoras/es para o enfrentamento do problema, constituindo-se como estratégia relevante para a prevenção de ataques às escolas.

Palavras-chave: Relato de experiência. Formação de educadoras e educadores. Violência extrema. Ataques às escolas. Educação em Direitos Humanos.

[*] Mestre em Filosofia na linha de Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal do Paraná. *E-mail*: <andrebkks@gmail.com>.

ABSTRACT: This article reports on the experience of training educators to prevent extreme violence against schools through a project conducted by a civil society organization in partnership with the State University of Paraná, in response to the rise in school attacks and the intensification of public debate on the subject, using Human Rights Education as the central framework for reflection. The text provides an analytical report of the experience, based on institutional records of training sessions, end-of-course evaluations, institutional documents, and technical literature. The findings show that initial teacher training grounded in Human Rights Education and in the understanding of the factors that contribute to young people's radicalization into extremism fosters the development of new educators' autonomy to address the problem, constituting an important strategy for preventing attacks against schools.

Keywords: Experience Report. Educator Training. Extreme Violence. School Attacks. Human Rights Education.

RESUMEN: Este artículo reporta la experiencia de formación de educadores y educadoras para prevenir la violencia extrema contra las escuelas, en un proyecto de una organización de la sociedad civil en alianza con la Universidad Estatal de Paraná, debido al aumento de los ataques a las escuelas y a la intensificación del debate público sobre el tema, tomando la educación en derechos humanos como eje estructurante de la reflexión. El texto es un relato analítico de la experiencia, basado en registros institucionales de encuentros formativos, en la evaluación realizada al final de los cursos, en documentos institucionales y en bibliografía técnica. Se argumenta que la formación inicial de educadores/as, guiada por la educación en derechos humanos y por la comprensión de los factores que generan la radicalización del extremismo juvenil, contribuye al desarrollo de la autonomía de los/as nuevos/as educadores/as para enfrentar el problema, constituyendo una estrategia relevante para la prevención de ataques a las escuelas.

Palabras clave: Relato de experiencia. Formación de educadores y educadoras. Violencia extrema. Ataques a escuelas. Educación en derechos humanos.

Introdução

"Eu brinco que já nasci professora [...]. Agora, não consigo nem pensar em entrar em uma escola sem sentir um nó na garganta. Aquele rapaz não conseguiu tirar minha vida, mas tirou de mim a minha profissão, o meu sonho" (PALHARES & XAVIER, 2023). Esse relato da professora Aristênia Mancini Martim, sobrevivente do ataque a uma escola em Aracruz/ES, revela o medo como um dos principais efeitos dos recentes atos de violência contra escolas no Brasil e, por isso, auxilia a ilustrar a motivação deste artigo.

Entre 2019 e 2023, o aumento expressivo no número de casos de ataques premeditados a escolas perpetrados por alunos ou ex-alunos – chamados atualmente de ataques de violência extrema contra escolas – gerou comoção nacional e uma série de iniciativas acadêmicas, governamentais e da sociedade civil, com o intuito de compreender, prevenir e refrear o fenômeno.

Nessa esteira, este trabalho apresenta o relato de uma experiência formativa com estudantes de ensino superior focada na prevenção da violência extrema contra escolas, que se deu a partir da iniciativa de uma organização da sociedade civil, a qual integramos, denominada Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos. Por meio do projeto de extensão *Violência Extrema Contra Escolas: conhecer para prevenir*, em parceria com a Universidade Estadual do Paraná – Unespar, a organização atuou por dois anos promovendo a formação de mais de 100 estudantes de licenciaturas e pedagogia, com o intuito de sensibilizá-las/los para o problema e prepará-las/los para identificar e atuar na prevenção desse tipo de violência.

Apresentamos inicialmente o contexto social e político que ensejou a criação do projeto de extensão. Na sequência, abrimos uma seção com os pressupostos teóricos e institucionais que o fundamentam, bem como seus objetivos, metodologia e recursos. Em seguida, relatamos como a formação transcorreu, apontando seus principais destaques. Por fim, descrevemos os resultados e a avaliação do projeto, adentrando nas considerações finais com uma breve reflexão.

Salientamos que este trabalho é um relato analítico da experiência formativa e foi elaborado a partir dos registros dos encontros, da avaliação realizada ao final dos cursos, de documentos institucionais e bibliografia técnica pertinente ao tema. Não houve coleta sistemática de dados para fins de pesquisa científica, mas reflexão crítica sobre a prática desenvolvida. Em razão disso, não são identificadas/os participantes da formação nem são utilizadas citações literais de suas falas; apresentam-se sínteses analíticas dos aprendizados observados pelas/os realizadoras/es da formação, as quais dialogam com a bibliografia citada ao longo do trabalho.

Contextualização: a violência extrema contra escolas como motivadora do projeto

Como apresentado por diversos trabalhos, como os de Daniel Cara *et al.* (2022; 2023), Bruno Langeani (2023), Telma Vinha *et al.* (2023), Cleone Garcia (2024), Andressa Pellanda e Miriam Abramovay (2025), os primeiros ataques a escolas no Brasil ocorreram já no início dos anos 2000, grande parte inspirados pelo fatídico massacre de Columbine nos EUA (1999), retratado detalhadamente por Dave Cullen (2019). De acordo com Garcia (2024), o primeiro registro no Brasil é de 2001. Entre 2002 e 2008 ocorreram três casos. O próximo incidente, em 2011, foi o massacre de Realengo/RJ, que se tornou um marco na história da violência contra escolas no país, sendo até o presente o mais letal. Entre 2012 e 2018 quatro casos foram registrados.

Ainda segundo Garcia (2024), em 2019 iniciou-se o período de aumento dos casos. Ao todo, foram quatro no ano, incluindo o massacre de Suzano/SP, outro evento de alta letalidade que passou a figurar como uma das maiores tragédias escolares do Brasil. A partir de então, foram dez casos em 2022, 12 casos em 2023 e outros seis em 2024[1] (PELLANDA & ABRAMOVAY, 2025). Em 2020 e 2021, a depender da fonte, considera-se a ocorrência de um (GARCIA, 2024) ou dois ataques (CARA *et al*., 2023; LANGEANI, 2023; PELLANDA & ABRAMOVAY, 2025), número limitado se comparado aos do ano anterior e seguintes, provavelmente pelo contexto de pandemia de Covid-19, que ocasionou o fechamento das escolas.

Com o desenvolvimento de estudos na temática, construiu-se uma caracterização desse tipo de violência, a qual incorpora o uso de armas brancas ou de fogo, a premeditação e o planejamento, a autoria por um aluno ou ex-aluno da escola e a motivação derivada de sentimentos hostis com relação ao ambiente escolar. Como defende Victor Grampa, trata-se de uma violência "[...] marcada por ataques intencionais, direcionados contra o ambiente escolar, contra a vida e a integridade física daquela comunidade – no todo ou em parte –, ocorrendo de modo premeditado e com a utilização de armas" (GRAMPA, 2023 *apud* CARA *et al*. 2023, p. 26).

Em 2023, Vinha *et al*. (2023) passam a utilizar a expressão *ataques de violência extrema às escolas*, adotada também neste artigo, que é explicada por Garcia da seguinte forma:

> consideramos tratar-se de uma violência extrema por envolver níveis expressivos de crueldade, intensidade e motivações, mas principalmente pelo impacto significativo à segurança e estabilidade da sociedade. Além disso, nosso escopo abrange os incidentes realizados com diversos tipos de armas, e a ênfase recai no fato de que os autores são alunos e ex-alunos das instituições atingidas, com ou sem vítimas fatais, em instituições de educação básica (GARCIA, 2024, p. 32).

Podemos dizer que nos últimos cinco anos foi iniciada uma sistematização dos fatores que motivaram os ataques, derivada da preocupação com o recrudescimento no número de casos. Do total entre 2001 e 2024 – que varia sutilmente entre os relatórios já

citados, a depender da metodologia utilizada –, aproximadamente 60% se deram entre fevereiro de 2022 e dezembro de 2024. Considerando-se os 23 anos analisados, em um conjunto de mais ou menos 40 casos (GARCIA, 2024), 25 foram registrados em um período de apenas dois anos e meio.

Evidentemente, a preocupação institucional – tanto acadêmica quanto governamental – também derivou da comoção pública causada pela violência de tais ataques e da atenção midiática dada aos casos. Construiu-se um contexto de medo e insegurança que tinha a escola como centro. Não à toa, em abril de 2023 foram disseminadas dezenas de ameaças falsas em todo o país, que resultaram em pânico generalizado e receio, por parte das famílias, de mandar suas crianças e adolescentes à escola[2], como mostra a reportagem de Isadora Rupp (2023).

O medo gerado, apesar de ter ocasionado respostas governamentais como a instauração de grupos de trabalhos, a publicação de relatórios técnicos, a criação de normativas, programas, protocolos etc., parece não ter ainda ocasionado uma mudança de postura efetiva por parte das/dos profissionais da educação. O baixo número de profissionais participantes da formação oferecida pelo Ministério da Educação sobre o tema corrobora tal percepção[3].

O aumento desses episódios tem sido relacionado a processos de cooptação e radicalização[4] de crianças e adolescentes (CARA *et al*. 2022), e eventos recentes revelam que as juventudes estão expostas a ambientes online que promovem, progressivamente, discursos de ódio e incentivam condutas autodestrutivas, variados tipos de crime, inclusive violentos, e ataques a escolas – como mostra o relatório de Beatriz Lemos, Letícia Oliveira e Tatiana Azevedo (2023), *Conteúdos extremos nas redes sociais: as subcomunidades virtuais do Twitter*.

Esse tipo de radicalização promovida pelas redes sociais tem facetas impossíveis de serem ignoradas e que só podem ser vencidas se enfrentadas diretamente. Por isso, a disseminação de informação para enfrentar a radicalização nas escolas se faz necessária: é preciso conhecer símbolos, linguagem, comportamentos, estratégias e os canais de compartilhamento dessas ideias. Esse foi o contexto que justificou o projeto de extensão relatado neste artigo.

A gênese do projeto de extensão *Violência contra escolas: compreender para prevenir*

Diante do cenário descrito, e entendendo que o enfrentamento desse tipo de violência deveria estar no escopo da política pública e de outras iniciativas de Educação em Direitos Humanos – EDH, o Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos estruturou um projeto visando produzir e disseminar informação sobre a violência extrema à comunidade escolar para contribuir com a prevenção do problema, tendo a própria EDH como mote.

A ideia de atuar diretamente na formação de professoras/es foi amparada pelos relatórios técnicos citados anteriormente, em especial o relatório *O ultraconservadorismo e extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às instituições de ensino e alternativas para a ação governamental* (CARA *et al*., 2022), que apontou algumas propostas para o enfrentamento do problema, entre elas:

> reconhecer e compreender esse fenômeno específico que conecta a juventude aos movimentos supremacistas, especialmente jovens brancos e heterossexuais. [...]. Viabilizar a *formação continuada de trabalhadores em Educação para identificação de sinais de aproximação a grupos extremistas e no combate às múltiplas violências*. [...]. Realizar uma proposta de formação das Secretarias e dos atores sociais que trabalham nas escolas (professor, diretor, coordenador etc.), além de *envolver os membros das comunidades escolares sobre o tema, incorporando questões como: armas, acesso e consequências; as redes sociais, discurso de ódio, masculinidade; sexualidade, quebrando o tabu da "ideologia de gênero", racismo, homofobia, e outras discriminações*. [...] *Abrir espaços para que os estudantes possam dialogar com seus pares e os adultos e buscando reforçar sua autonomia e cultura juvenil e construir estratégias de trabalho sobre convivência escolar.* Criar parcerias com outras instituições que atuam na rede de proteção de crianças, adolescentes e jovens (CARA *et al*., 2022, p. 24; grifos nossos).

Posteriormente, o governo federal adotou postura semelhante ao instituir o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas – SNAVE, que define em seu artigo 3º as seguintes ações:

> I - desenvolvimento de protocolo para atuação preventiva de ameaças de violência nas escolas; II - capacitação de profissionais de educação para atuação na prevenção e na resposta a emergências; III - capacitação de profissionais de educação para implementação de práticas de reconhecimento e de valorização da diversidade, de acolhimento e de cultura de paz nas escolas; IV - orientação às escolas para a criação de planos de prevenção da violência e de respostas em caso de violência; V - orientação às redes públicas de educação básica para implementação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, e da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015; VIII - sistematização e divulgação de boas práticas de prevenção e de enfrentamento da violência nas escolas (BRASIL, 2024).

Com isso, entendemos que foi institucionalizada a necessidade de atuação na formação de profissionais da educação, abrindo espaço para que também a sociedade civil propusesse iniciativas que auxiliassem o poder público nesse intuito. Assim, amparados pelos relatórios, pelo SNAVE e pela nossa experiência na promoção da EDH, demos início a um amplo projeto chamado *(Re)conectar: aproximando pessoas para superar a violência às escolas – projeto (Re)conectar* –, voltado à produção, sistematização e disseminação de informação sobre violência extrema contra escolas. Também tivemos a oportunidade de realizar ações de caráter formativo com turmas de professoras e professores do Paraná e de São Paulo, as quais revelaram algumas das lacunas e incompreensões a respeito da temática e evidenciaram a existência de afetos negativos, sobretudo o medo, ao lidar com o problema (Imagem 1). Ainda que constituída por uma amostra pequena, tal percepção foi reveladora e impulsionadora do projeto.

Imagem 1: Nuvem de palavras com respostas de professoras/es questionadas/os sobre o sentimento que o tema lhes despertava

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Nessas formações preliminares um ponto nos chamou atenção: talvez em razão do medo, talvez por falta de conhecimento, talvez por um senso de urgência, era comum que parte da turma de professoras/es manifestasse o desejo de implementar apenas medidas de segurança para sanar ou frear os ataques a escolas, especialmente o policiamento dentro das escolas.

Nesse ponto, entendemos que a sensibilização para o problema passava pela compreensão do que tem e o que não tem respaldo em evidências para a prevenção dos ataques em âmbito escolar. Como mostra Vinha, "a ênfase em medidas de segurança pode dificultar que as escolas lidem com as causas subjacentes da violência, tais como o bullying e a falta de suporte emocional" (VINHA *et al*, 2023, p. 40). Ademais, o clima de vigilância "[...] pode prejudicar as relações entre alunos e professores, fazendo com que os estudantes sejam vistos como 'ameaças ou não ameaças', em vez de serem tratados como indivíduos únicos e complexos" (VINHA *et al*., 2023, p. 40), o que acaba por agravar o problema e descaracterizar a escola como espaço de convivência e socialização.

A partir de então, adotamos como premissa a percepção advinda em parte dessas experiências formativas em caráter piloto, e em parte dos documentos e relatórios citados anteriormente: a de que a comunidade escolar sentia-se desamparada e as/os educadoras/es não compreendiam exatamente as causas por trás dos ataques, tampouco estavam suficientemente informadas/os sobre as melhores práticas para a identificação de situações de risco e prevenção de novos episódios. Passamos então a apontar o papel da EDH como proposta teórico-metodológica para a formação de valores condizentes com o respeito às diferenças e com a

valorização do ser humano, em todas as suas dimensões – baseados em autoras como Vera Candau (1999), Nancy Flowers (2000) e Maria Victoria Benevides (2000).

A EDH é capaz de sensibilizar e ressensibilizar indivíduos potencialmente vulneráveis aos discursos de ódio e ao extremismo, além de ser uma política pública com mais de 20 anos no Brasil, dado que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos teve uma primeira versão lançada em 2003 (BRASIL, 2003). Nessa perspectiva, a EDH tem enorme potencial para contrapor os afetos negativos emergidos pela violência extrema contra a escola, pois

> a educação em direitos humanos deve ser uma prática que proporcione prazer, alegria e emoção. Quando se descobre o valor da vida, sua enorme riqueza e seu potencial de crescimento e criatividade, o coração se dilata. Nos contextos em que se convive com a morte de forma cotidiana, a celebração da vida adquire uma densidade particularmente intensa. Acolher a vida, protegê-la contra tantas ameaças, denunciar as violações que se cometem, promover a auto-estima das pessoas, - crianças, jovens e adultos -, afirmar e multiplicar as experiências de promoção da vida, provoca felicidade e é apaixonante. *A dimensão afetiva é um componente imprescindível da educação em direitos humanos* (CANDAU, 1999, p. 10; grifos nossos).

Assim, incorporando essas referências, experiências e desafios, passamos a desenhar no âmbito do projeto uma ação formativa para a comunidade escolar fundamentada nessas premissas e, em 2024, a convite da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, iniciamos um diálogo para a elaboração conjunta de um curso que tivesse como tema central a prevenção aos ataques a escolas, dando início ao projeto de extensão *Violência extrema contra escolas: compreender para prevenir.*

Estrutura, objetivos, conteúdos e recursos didáticos do projeto

A Universidade Estadual do Paraná é a instituição que mais forma profissionais da educação básica no estado. Por isso, propôs que o projeto tivesse como público-alvo estudantes dos cursos de pedagogia e licenciaturas bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, da Capes.

O Instituto Aurora estruturou o conteúdo programático da formação – considerando os objetivos, a carga horária, o formato, a metodologia, o cronograma, o conteúdo, a ementa e a bibliografia –, posteriormente discutido e aprovado pela universidade. Em seu desenho final foram contabilizadas 20 horas de formação, divididas em uma fase teórica e uma fase prática, com momentos assíncronos (vídeos pré-gravados) e síncronos (encontros online ao vivo). Por se dar em formato virtual, o curso foi oferecido a diversos campi espalhados pelo estado e, em suas duas edições, somou mais de 100 participantes, entre pibidianas/os (bolsistas do Pibid) e professoras/es supervisoras/es.

O objetivo geral do projeto foi disseminar à comunidade escolar e para estudantes de licenciaturas, de forma sistematizada e contextualizada, informações básicas para compreensão do extremismo violento contra as escolas, de modo que possam agir para prevenir e enfrentar o

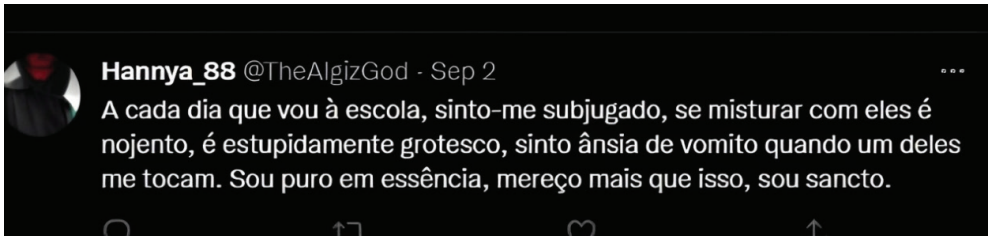
problema. Os objetivos específicos foram três: apresentar uma introdução sistematizada sobre os temas *extremismo violento*, *discursos de ódio* e *violência extrema contra escolas*; oferecer à comunidade escolar e a estudantes de licenciatura conhecimentos básicos sobre as referidas temáticas, contribuindo com o processo de construção de autonomia para identificação e prevenção de casos de violência contra escolas; contextualizar a temática junto ao papel da Educação em Direitos Humanos e da Cultura de Paz na prevenção e no enfrentamento do problema.

Em linhas gerais, o projeto foi orientado à capacitação de estudantes para que entendessem as causas da violência, em especial os processos de radicalização ao extremismo derivados do acesso a conteúdos online promotores de violência, de dessensibilização e de discursos de ódio.

Entre os materiais utilizados ao longo da formação destaca-se o uso do *Glossário educativo para identificação e prevenção de discursos de ódio e de extremismos na escola* (CRISTI & SILVEIRA, 2024), produzido em conjunto pelo Instituto Aurora e pesquisadoras/es da Universidade da Integração Latinoamericana – Unila, no âmbito do *Projeto (Re)conectar*. A proposta do glossário foi fornecer uma porta de entrada à comunidade escolar para termos e temas que compõem o contexto causador da violência extrema. Ao longo dos encontros, esse material foi utilizado pelas/os participantes para realizar atividades, promover discussões e elaborar a proposta de trabalho final do curso.

Com relação aos conteúdos, após a exposição teórica sobre a violência extrema contra escolas, suas causas e consequências, o curso se voltou à apresentação de algumas estratégias preventivas, com destaque para a EDH. De maneira geral, a EDH trata de processos formativos que levam em consideração os direitos humanos e princípios como dignidade, igualdade e liberdade, isto é, processos que buscam a humanização e a formação de sujeitos/as de direitos para a cidadania, a valorização da diversidade etc. A ideia de sua centralidade como proposta preventiva vem em resposta à desumanização necessária para o sucesso dos processos de radicalização ao extremismo. Ataques de violência extrema à escola são, em parte, resultado final da desconstrução do sentido do espaço escolar e dos seres humanos que ali convivem – como mostra a Imagem 2, com a postagem de um autor de ataques em redes sociais (retirada do relatório de Vinha *et al*., 2023). Sendo assim, uma parcela da resposta ao problema passa pela sensibilização ou ressensibilização desses jovens radicalizados.

Imagem 2: Postagem do autor de um ataque – ódio generalizado e '*sancto*'



Fonte: VINHA *et al*., 2023, p. 20.

Alinhando-nos à proposta teórico-prática do curso, após a apresentação conceitual sobre a EDH, demos destaque a formas de utilização dessa teoria, em especial, a partir do seu componente afetivo. A EDH, quando concebida como prática formativa voltada à construção de afetos, pode ser articulada de maneira muito potente, por exemplo, por intermédio da arte, como defendem André Silveira e Guilherme Arinelli (2023), pois é capaz de produzir vivências estéticas que ampliam as experiências individuais e promover o acesso a diferentes formas de existência.

Ao fim da formação, essa estratégia de mobilização de afetos através da apreciação artística, por meio de rodas de conversa e oficinas criativas foi bastante utilizada pelos grupos para realizar as intervenções escolares.

Especificidades da formação: a metodologia para intervenção escolar

O maior destaque desse projeto formativo foi notadamente o seu caráter teórico-prático, alinhado a uma interpretação da noção de *práxis* em Paulo Freire (2019). Desde a estruturação, nossa intenção foi a de promover a capacidade de reflexão e ação contínua das/dos estudantes. Por isso, é importante ressaltar que o projeto não buscou apenas enfrentar diretamente os casos de violência extrema, mas auxiliar no desenvolvimento da autonomia necessária para que profissionais da educação se tornem capazes de antecipar potenciais riscos e adotem medidas preventivas eficazes.

Todo o curso foi pensado considerando a articulação entre momentos teóricos e práticos. Para que as/os pibidianas/os se apropriassem dos conteúdos, os encontros não se limitavam à apresentação expositiva dos conteúdos nem à realização de diagnósticos de situações de ódio e violência extrema contra as escolas. Cada encontro teórico teve momentos de exploração prática que fomentaram o uso de diferentes metodologias.

Ao fim, a formação culminou em uma atividade de campo: para concluir o curso, os grupos de Pibid foram supervisionados na realização de uma intervenção escolar. Assim, as/os bolsistas tiveram a oportunidade de construir, aplicar e avaliar uma proposta de prevenção à violência nas escolas em que estagiaram, avaliando pontos positivos e negativos, bem como a efetividade de suas propostas.

Essa etapa final do curso foi dividida em cinco momentos: orientação para a proposta de intervenção com a apresentação de diferentes metodologias (oficinas, rodas de conversa etc.) e orientação para o preenchimento de uma proposta estruturada de trabalho; elaboração da proposta de trabalho pelos grupos e supervisoras/es (contendo objetivo, público-alvo, metodologia, passo-a-passo da aplicação, materiais, justificativa e resultados esperados); análise e debate coletivo sobre as propostas de trabalho; aplicação da atividade em ambiente escolar e preenchimento de roteiro de avaliação da atividade; debate e avaliação coletiva da experiência de aplicação.

Não se tratou somente de produzir uma atividade para ser aplicada na escola, mas de instigar a elaboração do roteiro de uma proposta educativa que considerasse objetivo, tema e formato intencional coerentes com a teoria estudada ao longo do curso. As/Os estudantes foram provocadas/os a refletir a respeito de suas práticas, considerando se teriam realmente o potencial para prevenir a radicalização ao extremismo e a disseminação de discursos de ódio.

A metodologia foi fortemente influenciada pela noção de que a teoria apresentada deveria ser capaz de transformar a realidade vivida e influenciar a prática educativa. Aqui, intencionalidade foi a palavra-chave. Como afirma Eduardo Bittar, se "educar pode significar [...] a preparação que *direciona* o desenvolvimento destas ou daquelas qualidades, habilidades e competências, podendo atrofiar dados importantes da personalidade humana" (BITTAR, 2007, p. 31; grifos do autor), pode gerar também o efeito oposto, não de atrofiar, mas de semear. Ainda que os resultados alcançados tenham sido modestos ou se distanciado daquilo que as/os pibidianas/os esperavam ao elaborar o plano de trabalho, o exercício se mostrou exitoso.

Uma nota sobre o processo de revisão do projeto

Como descrito anteriormente, foram realizadas duas edições do projeto de extensão, uma em 2024 e uma em 2025, com pequenas modificações que buscaram resolver problemas relatados na primeira edição. Para chegar ao formato da segunda edição, as equipes de ambas as instituições se reuniram para avaliar os pontos positivos e negativos e possíveis melhorias para o projeto.

O principal saldo desse momento de avaliação foi o reforço sobre a importância do tema trabalhado. As supervisoras da Unespar consideraram fundamental dialogar sobre a violência extrema e outros tipos de violência, pois são vivenciadas nas escolas. Reforçou-se também a importância das atividades práticas e de aplicação em sala de aula, que foram ampliadas no segundo ano.

Um ponto de alteração se deu com relação ao problema da assiduidade e participação das/dos estudantes, do qual surgiu a proposta de alteração do formato para um modelo com mais momentos assíncronos, permitindo maior flexibilidade para assistir às aulas. Em razão da dificuldade de reunir todas as turmas de Pibid em um mesmo horário, as instituições decidiram por testar um modelo de videoaulas gravadas para os encontros teóricos e de aulas ao vivo para a realização de atividades práticas e debate do conteúdo. O objetivo do novo formato foi garantir autonomia para os grupos e ampliar o alcance do projeto, o que acabou por se confirmar, ainda que com algumas dificuldades.

Resultados observados a partir da experiência formativa

A primeira percepção relevante sobre o curso se deu no início da primeira edição. Surpreendeu-nos a idade da turma de universitárias/os, com menos de 20 anos em sua maioria. Tal fato foi importante, pois despertou atenção para a insegurança que muitas/os sentiam diante do tema e da realidade à qual algumas/uns haviam, até recentemente, sido expostas/os, com situações de violência escolar e até de ameaças de ataque. Diante disso, houve maior cuidado para não gerar alarmismo, assim como a alteração de alguns dos exemplos apresentados no curso (porém, sem modificação de conteúdo).

Esse é um ponto importante a se considerar ao formular esse tipo de ação. Considerando essa faixa etária, não é incomum que as/os próprias/os participantes da formação tenham vivenciado na pele o clima de insegurança nas escolas a partir de 2019, sobretudo entre 2021 e 2023. Além disso, são jovens em grande parte sociabilizadas/os em redes sociais e na dinâmica da internet, diferentemente de turmas de educadoras/es com 30 anos ou mais. Por outro lado, essas/es jovens podem não estar tão familiarizadas/os com outros ataques à educação, como o movimento Escola Sem Partido e iniciativas de privatização e militarização, importantes para se compreender a origem dos ataques ideológicos à educação.

Para além desses primeiros insights, cabe relatar brevemente a avaliação do curso pelas turmas, considerando duração, conteúdo, atividades, modelo de aulas e didática. Sobre o formato das aulas, a combinação entre encontros síncronos e assíncronos foi bem recebida pelas/os participantes por conta da flexibilidade, porém, em ambas as edições houve relatos de dificuldades para acompanhar todos os encontros. Os momentos ao vivo foram avaliados como mais interessantes e produtivos, o que reforça a importância das interações em grupo. Nesse sentido, notou-se o desejo de acessar conteúdos de forma autônoma, mas aprofundá-los e debatê-los em grupo, o que dá maior respaldo para as intervenções. O conteúdo foi avaliado como relevante e adequado à realidade, principalmente por tratar a violência de forma direta, como um fenômeno real e presente. O *Glossário educativo para identificação e prevenção de discursos de ódio e de extremismos na escola* (CRISTI & SILVEIRA, 2024) despertou interesse especial, ajudando a compreender conceitos pouco conhecidos.

Assim, o trabalho em grupos com pessoas diferentes, o espaço para discussão e troca de ideias e, sobretudo, a atividade de implementação na escola, vista como essencial, foram mencionados como pontos de destaque, sendo esse último percebido por estudantes e supervisoras como o diferencial do curso, pois permitiu transpor o conteúdo teórico para a prática, gerando debates produtivos e ampliando a capacidade de lidar com temas como bullying e violência, inclusive com maior abertura e exposição pessoal.

Ao longo das duas edições, dificuldades relacionadas ao formato a distância foram constantes. Câmeras desligadas, por exemplo, dificultam muito a percepção do impacto

de conteúdos e debates nas/nos estudantes, sendo que em ambas as edições essa limitação não pôde ser superada. Também a ausência de algumas/uns estudantes nos trabalhos em grupo e discussões certamente empobreceu o diálogo. Como ocorre comumente também em sala de aula, algumas/uns estudantes se pronunciam e contribuem com frequência, enquanto muitas/os preferem permanecer em silêncio. As próprias supervisoras de estágio apresentaram esse ponto como uma dificuldade constante nas práticas à distância.

Evidentemente que o alcance quantitativo do projeto só foi possível em razão desse formato, porém, é impossível não elucubrar sobre a qualidade das trocas caso todos os encontros tivessem sido presenciais. Ao formular ações e políticas públicas formativas – o que está previsto no SNAVE (BRASIL, 2024) – tais pontos devem ser levados em consideração.

Na 1ª edição, em 2024, talvez pela maior proximidade com o contexto de aumento dos ataques (em 2025 já notava-se uma redução), experienciamos certa resistência à ideia de que medidas de segurança não são as mais efetivas para a prevenção, e que os ataques, apesar de chamativos, são um tipo raro de violência escolar (se comparado com outras que ocorrem na escola). Mas também foi possível verificar avanços nesse sentido, uma vez que nenhum dos projetos finais criados por pibidianas/os envolveu protocolos de segurança ou fiscalização de estudantes, mas iniciativas de diálogo e sensibilização. A ideia de que não basta colocar polícia na escola chegou a aparecer na fala de participantes.

Outros pontos positivos trazidos pelas supervisoras à reunião de avaliação da primeira edição disseram respeito à aplicabilidade da formação na escola, motivação das/dos pibidianas/os para aplicar os conteúdos na escola e a necessidade de abordar esses temas também com mães, pais e responsáveis. Tais falas demonstram que apesar do receio em tratar da violência extrema nas escolas e de lidar com temas sensíveis que podem despertar inseguranças no corpo docente e discente, há espaço para desmistificá-los, se apresentados de forma estruturada, cuidadosa e dialogada, e torná-los auxiliares no empoderamento da comunidade escolar.

Os grupos de pibidianas/os, por sua vez, também expuseram algumas percepções importantes ao longo da formação. Por exemplo, a relação entre o contexto político e o aumento do número de casos, ensejando até mesmo um senso de responsabilização na participação política direta. Os discursos de ódio emitidos por atrizes/atores políticas/os foram mencionados como possíveis desencadeadores de um clima cultural de ódio na sociedade, o que afetaria também as/os jovens. Nesse sentido, observamos que a contextualização do problema apresentada nas primeiras aulas do projeto foi efetiva. Falar abertamente sobre como os discursos de ódio influenciam atos de ódio dá coesão à experiência que vivem enquanto estudantes recém-saídas/os do Ensino Médio.

O medo como afeto presente nas escolas também foi muito debatido. Falou-se em medo como oposição ao acolhimento como causa para soluções imediatas baseadas

somente em policiamento, como potencializador da insegurança e do desespero, o que agrava a situação, gerando mais risco para a comunidade escolar. Trocar experiências próprias pode contribuir para a construção da identidade dessas/es jovens enquanto educadoras/es, pois percebem que não vivenciam o medo e a angústia sozinhas/as, mas enquanto categoria. Na relação de grupo, classe ou categoria há potencial para a superação dessa situação, pois é um ponto de união entre essas/es novas/os educadoras/es.

Por fim, em ambas as edições da formação foi unânime a consideração de que o ponto de destaque do projeto de extensão foram as intervenções escolares, que se deram paulatinamente, como o resultado de todo o processo. Ao caminhar intencionalmente da teoria para a prática, e da prática à sua avaliação – da reflexão à ação e dessa ação para uma nova reflexão –, construímos em conjunto com as/os pibidianas/os algumas bases para o desenvolvimento da segurança e da autonomia. Como expressado por um dos grupos em sua avaliação da intervenção, a mera possibilidade de compreender os "fatores que empurram e puxam" ao extremismo (CRISTI & SILVEIRA, 2024, p. 44), um dos temas estudados, é fundamental para embasar o olhar da/do educadora/or para a vida real das/dos estudantes da escola em que atua, percebendo elementos antes ignorados.

Apresentamos dois projetos que foram capazes de articular aspectos estudados ao longo da formação a uma perspectiva bastante prática, com grande potencial de replicação em outros contextos. A primeira iniciativa foi realizada por pibidianas/os do curso de Letras, buscando compreensão e sensibilização sobre o capacitismo, a partir da análise de discursos disseminados online, transmitidos através de memes, tirinhas, charges etc., entendidos muitas vezes apenas como peças de humor.

A intervenção não se privou de encarar temas vistos como difíceis, pois lidou com o uso indevido de certos termos, hoje entendidos como capacitistas. Assim, abriu espaço para pensar no desenvolvimento da linguagem, diferenciar humor e discurso de ódio e, inclusive, trabalhar os limites da liberdade de expressão, muito em voga em debates nas redes sociais, a partir de elementos que podem ser facilmente encontrados no cotidiano de estudantes.

Ainda que não intencionalmente, essa proposta de trabalho mostra conexão com o que o relatório coordenado por Daniel Cara já afirmava em 2022: o "uso de humor [...] com o intuito de relativizar e normalizar as violências, com criação de páginas e perfis em redes sociais para compartilhamento de memes que relativizam violências, *dessensibiliza e promove ataques a dissidências e maiorias minorizadas*" (CARA *et al.*, 2022, p. 17; grifos nossos). Justamente, as/os pibidianas/os atuaram em turmas de 2º e 3º anos do Ensino Médio (com estudantes de 15 a 17 anos, em média), nas quais poucas pessoas sabiam o que era capacitismo. Isso demonstra que é preciso enfrentar intencionalmente a normalização de certos discursos, pois do contrário, corremos o risco de normalizar a própria desumanização de um grupo.

Por isso, em termos de prevenção da violência, capacitar jovens desde cedo a compreender as diferenças entre discurso de ódio e liberdade de expressão é fundamental, sobretudo porque a relativização do ódio como forma de humor é uma das principais estratégias usadas para a cooptação e dessensibilização de jovens. Como mostra o relatório *Ataques às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental*, do Grupo de Trabalho de Especialistas em Violências nas Escolas do Ministério da Educação, a

> cooptação desses adolescentes ocorre, principalmente, em interações virtuais, cujas estratégias incluem humor, estética e linguagem violentas, especialmente misóginas, machistas e racistas, em plataformas de Internet utilizadas pelos grupos extremistas com fins de organizar comunidades de ódio e mobilizar ataques, resultando em impunidade por conta do anonimato (CARA *et al*., 2023, p. 9-10).

A proposta de trabalho não moraliza o discurso, apresentando-o como mau ou errado simplesmente, mas produz a capacidade de analisar e refletir sobre ele a partir de seu meio, formato e mensageira/o. Ademais, tais capacidades são centrais às disciplinas de linguagem, facilitando sua incorporação pela/o educadora/or. Essa ideia também vai ao encontro de um dos pontos elencados por Telma Vinha em sua lista de recomendações no relatório *Ataques de violência extrema: causas e caminhos*, qual seja, a

> inclusão de forma curricular e contínua do trabalho com media literacy e educação digital, incluindo cidadania digital, mídias digitais e apropriação tecnológica. Isso também implica em discutir formas de cooptação e de promoção de ideias extremistas, assim como o funcionamento das comunidades mórbidas; identificação de violências e microviolências; comportamentos nocivos e prejudiciais; onde e como denunciar e pedir ajuda; fake news, entre outros. *É fundamental que os próprios jovens sejam protagonistas, tendo participação ativa nesse trabalho* [...] (VINHA *et al*., 2023, p. 48; grifos nossos).

Já o segundo projeto possui um nível maior de complexidade e sua replicabilidade depende de ampla articulação da escola entre diferentes anos, turmas e disciplinas, pois tem grande potencial de impacto positivo no ambiente escolar. Trata-se de uma atividade na qual um grupo de estudantes de licenciatura em Matemática realizou uma pesquisa quantitativa na escola, com turmas de 6º, 7º e 8º anos, buscando mapear os tipos de violência escolar a partir da percepção das/dos alunas/os sobre ofensas e xingamentos.

A pesquisa também foi realizada com o corpo docente, porém, o número de respostas foi irrelevante e, portanto, desconsiderado. Após a pesquisa, os 7º anos organizaram os dados em gráficos e tabelas, interpretaram e apresentaram as informações para o restante das/dos alunas/os da escola, por meio de cartazes colados nos murais do colégio.

No processo de pesquisa inicial, as/os pibidianas/os notaram a dificuldade das/dos alunas/os da escola para responder o questionário, uma vez que não possuíam repertório suficiente sobre os tipos de violência. Os termos usados –intolerância religiosa,

homofobia, gordofobia, capacitismo e xenofobia – não eram conhecidos por grande parte das/dos estudantes. Assim, as/os pibidianas/os tiveram que dar um passo atrás e preparar as turmas, tirando suas dúvidas sobre os termos. Acidentalmente, revelaram um contexto propício para iniciar um amplo trabalho de letramento sobre violências na escola.

Um projeto como esse, estruturado em etapas que podem ser protagonizadas por discentes de idades diferentes, também vai ao encontro das recomendações de especialistas, pois amplia a convivência democrática no espaço escolar. É importante lembrar que a

> escola pode ser cenário de violência e sofrimento emocional, mas também pode ser um espaço privilegiado de prevenção das violências, de proteção e de promoção da convivência democrática. Ainda que respostas de atenção e preservação sejam necessárias, as abordagens de redução da violência em instituições educativas que têm se mostrado mais eficazes são as que promovem a confiança, segurança e o pertencimento (VINHA *et al*., 2023, p. 46).

Nesse sentido, os projetos demonstraram que o desafio de transformar a escola em espaço de pertencimento pode ter como barreiras a linguagem para nomear e apontar as violências. Com isso, quando estudantes percebem que certas falas ou atos se configuram como um ato de agressão, e não apenas como uma brincadeira, passam a ter mais recursos de enfrentamento e denúncia do sofrimento. Isso configura tais propostas de trabalho como estratégias de prevenção à violência extrema, pois de acordo com Vinha, "todos os autores dos ataques tinham a percepção negativa da escola, relatando vivências de sofrimento nesse espaço" (*et al*., 2023, p. 46), que esclarece: "trata-se, portanto, de um grande desafio que aponta para a necessidade de buscarmos estratégias capazes de melhorar a qualidade das relações interpessoais nas escolas e, ao mesmo tempo, favorecer a formação cidadã" (VINHA *et al*., 2023, p. 46).

Ao apresentar o relato de suas experiências na atividade de intervenção em escola, parte das/dos estudantes trouxe um relato afetivamente carregado, tanto pelas dificuldades encontradas quanto pelos potenciais de transformação. Alguns grupos finalizaram o curso buscando formas de aprimorar, implementar novamente ou expandir as propostas criadas. Tal percepção vai ao encontro da fundamentação teórica descrita neste relato: a dimensão afetiva da EDH, quando utilizada com intencionalidade, possui grande potencial para produzir experiências transformadoras.

Ao todo, foram 26 projetos de intervenção realizados por pibidianas/os, nos dois anos da extensão, que envolveram arte, dinâmicas de grupo e rodas de conversa. Essas ações, ainda que incipientes, mostraram às/aos participantes da formação sobre violência extrema contra escolas que as causas desse problema podem ser enfrentadas preventivamente, mas para isso é preciso atuar com compreensão e intencionalidade.

Considerações finais

Nos últimos anos, o campo de estudos sobre violências extremas contra a escola, suas causas, consequências e meios de superação tem ganhado robustez no Brasil. A recente queda (ao menos percebida) no número anual de ataques parece estar muito ligada à ação conjunta do poder público – em especial do governo federal, por meio do monitoramento das redes e criação de canais de denúncia pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública – com as polícias civis e a Polícia Federal, agindo no desmantelamento de ataques, como explicam Miriam Abramovay e Marcela Nunes (LIVE, 2024).

Tais ações, infelizmente, não são suficientes, pois esse tipo de violência é fomentado por um ambiente que cultua o ódio, recebido e acumulado por jovens que, ao fim, podem cometer um ato extremo. Uma vez que as ideologias e discursos de ódio e extremismo são transmitidos por meios diversos e seguem alcançando jovens em todo o país, a violência extrema contra escolas, por ser imprevisível, acaba por transformar a experiência de profissionais da educação, trazendo afetos negativos como o medo, a insegurança e a angústia.

Apesar disso, entendemos que é um fenômeno prevenível, que surgiu em um determinado contexto e, portanto, pode ser alterado. Por isso, atuar nas redes é fundamental, mas atuar em rede é igualmente necessário. Daí o papel da escola, da comunidade escolar e das/dos educadoras/es e de todas/os aquelas/es que estão diariamente convivendo com as/os jovens.

Este artigo apresentou uma iniciativa criada por uma organização da sociedade civil e apoiada por uma universidade pública estadual, que busca auxiliar o Estado na prevenção da violência extrema por meio da formação de estudantes de licenciaturas e pedagogia. Essa contribuição se deu por meio da disseminação de conhecimento e da capacidade para a criação de estratégias de intervenção escolar, o que deverá resultar no desenvolvimento da autonomia dessas/es futuras/os educadoras/es.

Procuramos mostrar as motivações do projeto de extensão *Violência extrema contra escolas: conhecer para prevenir* e como ele foi estruturado, dando destaque para sua metodologia, que une reflexão e ação, e para o papel da EDH como prática transformadora de afetos. Apresentamos igualmente observações sobre a implementação da formação e destacamos a etapa final, na qual as/os participantes foram provocadas/os a criar, executar e avaliar projetos de intervenção escolar que transpusessem os conteúdos estudados ao longo do curso para suas salas de aula. Apontamos os acertos, erros e dificuldades de todo o processo.

Assim como o relato da introdução nos ajudou a abrir esta exposição, o depoimento da professora Ana Célia, sobrevivente do ataque à Escola Estadual Thomazia Montoro (SP), nos auxilia a concluir este trabalho: "eu estou tentando ficar bem. Se eu falar que não tenho medo, vou estar mentindo, tem dia que me dá um negócio, um medo. Mas eu não posso, eu não posso deixar o medo tomar conta. Eu tenho que trabalhar, eu preciso trabalhar" (PAIVA & HONÓRIO, 2023).

Até o momento, nas duas edições do projeto ressaltou-se a importância da proximidade. Não é possível reconhecer a linguagem, notar os comportamentos, muito menos compreender e acolher jovens, se não se está próxima/o de suas vidas e experiências. E essa educação baseada no vínculo é a antítese do medo. Entendemos que reconhecer a existência desse tipo de violência e aprender a identificar suas causas e consequências aumenta a capacidade de agência sobre o problema. Com isso – e o devido respaldo institucional –, o medo gerado pela violência pode ser transformado em capacidade de ação, e o lugar da escola como espaço de convivência com a diferença pode ser fortalecido.

Recebido em: 10/03/2026; Aprovado em: 19/07/2026.

Notas

1 Até o início de 2026 não foram encontrados dados oficiais sobre o número de ataques em 2025.

2 Abril carrega simbologias que fazem dele um mês supostamente propício à ocorrência de ataques de violência extrema, em especial por ter sido o mês em que ocorreu o massacre de Columbine, que segue sendo fonte do chamado "efeito contágio" (VINHA *et al.*, 2023, p. 26).

3 Segundo reportagem de Karolini Bandeira (2025), dados coletados até abril de 2025 mostram que apenas 0,5% das educadoras e dos educadores da rede pública realizou o curso sobre ataques a escolas oferecido pelo Ministério da Educação.

4 Há um debate terminológico sobre o melhor conceito para nomear o processo que leva adolescentes ao extremismo. Inicialmente, pesquisadoras/es, canais de notícia e autoridades públicas utilizaram o termo "radicalização" – por exemplo, em Raphaela Ribeiro (2023) e na matéria *Ministros se manifestam sobre ataque em escola de SP* (2023). No relatório do Ministério das Educação (CARA *et al.*, 2023, p. 51), há uma defesa da palavra "sectarização", a partir do uso feito por Paulo Freire na *Pedagogia do oprimido* (2019, p. 34). Entendemos que radicalização, por si só, é um conceito que não dá conta do fenômeno analisado, seguindo, também, Astrid Bötticher (2017). Neste artigo utilizamos a expressão *radicalização ao extremismo* por ser mais descritiva.

Referências

BANDEIRA, Karolini. Teinamento do MEC contra ataques em escolas só foi feito por menos de 0,5% dos professores. *O Globo*, Brasília, 08 abr. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/04/08/lancado-em-2023-treinamento-do-mec-contra-ataques-em-escolas-so-foi-feito-por-menos-de-05percent-dos-professores.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em Direitos Humanos: do que se trata? In: *Seminário de Educação em direitos humanos*. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>. Acesso em: 6 fev. 2025.

BITTAR, Eduardo. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: Rosa Maria Godoy Silveira, *et al*. *Educação em Direitos Humanos*: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p.313-334

BÖTTICHER, Astrid. Towards academic consensus definitions of radicalism and extremism. *Perspectives on terrorism*, v. 11, n. 4, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26297896?-seq=1>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto N. 12.006, de 21 de março de 2024*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12006.htm>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CANDAU, Vera. Maria. *Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos*. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho. Dhnet. 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

CARA, Daniel *et al*. *O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil*: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. 2022. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAt aqu esEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CARA, Daniel *et al*. *Ataques às escolas no Brasil*: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental. Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas - Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CRISTI, Miguel Ahumada & SILVEIRA, André Bakker da (org.). *Glossário educativo para identificação e prevenção de discursos de ódio e de extremismos na escola*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

CULLEN, Dave. *Columbine*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2019.

FLOWERS, Nancy *et al*. *Human rights education handbook*: effective practices for learning, action, and change. Minneapolis: Human Rights Resource Center, University of Minnesota, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GARCIA, Cleone Aparecida. *Ataques de violência extrema às escolas no Brasil*: mapeamento, fatores associados e caminhos de prevenção e enfrentamento. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2024.

LANGEANI, Bruno. *Raio X de 20 anos de ataques a escolas no Brasil (2002-2023)*. São Paulo: Instituto Sou da Paz, maio 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/controle-de-armas/as-armas-do-crime/?show=documentos#9574-1>. Acesso em: 9 fev. 2026.

LEMOS, Beatriz; OLIVEIRA, Letícia & AZEVEDO, Tatiana. *Conteúdos extremos nas redes sociais*: as subcomunidades virtuais do twitter. Núcleo Jornalismo, jun. 2023. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/content/files/2023/09/SUBCOM-relato-rio2023-FINAL.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

LIVE: Dia Internacional para Proteger a Educação contra Ataques | 09/09. *Campanha Nacional pelo Direito à Educação*. 9 set. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=75dT3yWSCsU>. Acesso em 18 fev. 2026.

MINISTROS se manifestam sobre ataque em escola de SP; Silvio Almeida alerta para 'radicalização de jovens'. *Carta Capital*, ,27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ministros-se-manifestam-sobre-ataque-em-escola-de-sp-silvio-almeida-alerta-para-radicalizacao-de-jovens/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PAIVA, Deslange & HONÓRIO, Gustavo. Secretaria da Educação de SP diz que psicólogos prometidos há cinco meses começam a trabalhar nesta segunda na rede estadual. *G1 SP*, São Paulo: 28 ago. 2023, Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/28/secretaria-da-educacao-de-sp-diz-que-psicologos-prometidos-ha-cinco-meses-comecam-atendimento-em-escolas-estaduais-nesta-segunda.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2026.

PALHARES, Isabela & XAVIER, Karime. Ele não tirou minha vida, mas levou minha profissão, diz professora vítima de ataque em escola. *Folha de S. Paulo*, 11 mai. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/05/ele-nao-tirou-minha-vida-mas-levou-minha-profissao-diz-professora-vitima-de-ataque-em-escola.shtml.>. Acesso em: 18 fev. 20226.

PELLANDA, Andressa & ABRAMOVAY, Miriam (Orgs.). *Para lembrar e reagir*: desenhando futuros possíveis a partir da ressignificação dos ataques de violência extrema contra escolas no Brasil. São Paulo: Instituto Campanha: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), 2025. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/estudo-para-lembrar-e-reagir-desenhando-futuros-possiveis-a-partir-da-ressignificacao-dos-ataques-de-violencia-extrema-contra-escolas-no-brasil/>.Acesso em: 9 fev. 2026.

RIBEIRO, Raphaela. Ataques em escolas: algoritmos e redes de ódio ajudam a radicalizar jovens, diz estudo. *Pública – Agência de jornalismo investigativo*, 24 out. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/10/ataques-em-escolas-algoritmos-e-redes-de-odio-ajudam-a-radicalizar-jovens-diz-estudo/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

RUPP, Isadora. Como orientar e acolher crianças diante do medo de ataques às escolas. *Nexo Jornal*, São Paulo, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/04/12/como-orientar-e-acolher-criancas-diante-do-medo-de-ataques-as-escolas>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SILVEIRA, André Bakker da. & ARINELLI, Guilherme. Arte para educar em direitos humanos: reflexões para uma prática transformadora. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 11, n. 1, p. 137–158, 2023. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/190>. Acesso em: 10 fev. 2026.

VINHA, Telma *et al*. *Ataques de violência extrema em escolas no Brasil*: causas e caminhos. São Paulo: D3e, 2023. Disponível em: <https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.